

BRDFAN, B5B N8, PRO.CSS.172.8 P.1/56

CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL

SECRETARIA GERAL

ATO INSTITUCIONAL Nº 5 (H)

PROCESSO

DE

JOSE COLAGROSSI FILHO

DOCUMENTAÇÃO ORGANIZADA COM VISTAS À APLICAÇÃO DO ARTIGO 4º

DO ATO INSTITUCIONAL Nº 5

DEPUTADO FEDERAL

JOSE COLAGROSSI FILHO

- A = EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS
- B = FICHA INDIVIDUAL
- C = INFORMAÇÃO DO SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
- D = ANEXOS:
 - 1 - DISCURSOS E PRONUNCIAMENTOS
 - 2 - ENTREVISTAS E IMPRENSA
 - 3 - MANIFESTO
 - 4 - INFORMES E INFORMAÇÕES

A - EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Rio de Janeiro, GB

Em 31 de Janeiro de 1969

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº 44/SG-1/69

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência, relativamente à representação do Ministro de Estado da Justiça, para suspensão dos direitos políticos e cassação do mandato eletivo federal do senhor JOSÉ COLAGROSSI FILHO, Deputado Federal pelo MDB, Seção da GUANABARA nos têrnos do artigo 2º, do Ato Complementar nº 39.

2. Esta Secretaria-Geral, após proceder a minucioso estudo do assunto, compulsando a documentação encaminhada pelo Serviço Nacional de Informações e pelos Serviços de Informações dos Ministérios Militares, concluiu pela inteira procedência das medidas propostas, em face das atividades Subversivas desenvolvidas pelo indiciado, através de pronunciamentos, lançamento de manifestos, entrevistas, participação em agitações, bem como de articulações e reuniões conspiratórias.

3. Como exemplo dessas atividades, destacam-se os trechos abaixo, constantes da documentação anexa:

3.1 - DISCURSOS PRONUNCIADOS NO CONGRESSO

Em 01 Jun 67

Não poderia de maneira alguma deixar de manifestar hoje a minha total e irrestrita solidariedade ao nobre colega MÁRCIO MOREIRA ALVES, vítima de mais uma das arbitrariedades que vem sendo praticadas, no setor cultural deste País.

Em 25 Ago 67

Tenho certeza absoluta de que, tanto nesta casa como no País inteiro, enquanto durar o confinamento desse profissional de imprensa, haverá sempre deputados presentes para protestar para não aceitar esta situação, para apelar às forças vivas deste País, a fim de que se unam todas, para que nunca mais se confine ninguém, para que, de uma vez por todas, a Constituição e as leis sejam respeitadas neste País e, para sempre, a Justiça seja ouvida, quando for praticado um ato de violência contra alguém.

Em 14 Set 67

A essas causas de caráter geral deve ser ainda acrescentada a presença em nossa economia de grupos econômicos internacionais que alcançam em nosso território onde operam, uma soma de autoridade as vezes maior que a do próprio governo..... O Brasil deve adotar uma política externa soberana, que atenda aos nossos interesses, que não seja caudatária dos Estados Unidos embora não lhe pretenda ser antagônica.....

M8. PRO. CSS. 172-8, p. 7
7

Em 14 Set 67

Este País vive, desde a Revolução de 1964, num clima em que sempre que forças, que não se sabe quais são, mas formadas de homens que se arrogam o direito de mandar neste País e ninguém sabe por que fazem todo o tipo de pressão, no intuito de mostrar que o regime democrático, que as liberdades estão terminadas, e que o império do arbítrio e da vontade de um pequeno grupo que se colocou no poder, resiste ao desejo de todos, de que o País volte às normas democráticas.

Em 14 Set 67

Vai aqui o nosso protesto, em meu nome e do MDB da Guanabara, e o nosso total repúdio ao tratamento dado ao ex-presidente JUSCELINO KUBISTSCHEK. A ele o nosso carinho, a ele a certeza de que, quando foi chamado, também o foram os homens que amam este país e nele acreditam.

Em 08 Fev 68

Falando sobre a Lei dos Municípios de interesse da Segurança Nacional:

" Se as Forças Armadas têm tanto de sobra nos seus afazeres, a ponto de poderem tomar conta dessas cidades, está aí a Amazônia abandonada, ameaçada, que só será nossa ^{so} quando for ocupada pelo Exército brasileiro para evitar que outros países tomem conta daquela região".

Em 23 Out 68

Falando sobre o episódio MÁRCIO MOREIRA ALVES:

" Sinto-me no dever de reafirmar minha fé na consciência democrática da Câmara de Deputados e, também de exprimir meu protesto contra o erro do go

vêrno ao tentar a medida insensata cujo primeiro efeito negativo já se fêz sentir: o de agravar as apreensões do povo brasileiro!"

Em 28 Nov 68

O dever do govêrno não é só construir estradas. É preciso construir confiança. Confiança pública, o govêrno constroi confiando no diálogo, na contro - vérsia que é a essência do Direito e o fundamento de tôdas as Democracias.

3.2 - NOTÍCIAS E ENTREVISTAS À IMPRENSA

3.2.1 - Programa do Tribunal Regional Eleitoral, 31 Out 66:

É proibido amar o Brasil, é proibido querer-lhe um futuro, é proibido pensar em curar-lhe as mazelas e as feridas, é proibido senti-lo com suas alegrias e suas tristezas. O Brasil tem que ser assim, que rem os infalíveis, apartado do povo, como uma grande presa aguiolhada, tangida para um destino que êles decidiram que nós não podemos decidir.

3.2.2 - Ultima Hora, 15 Ago 68

Ofereceu um jantar em que os convidados especiais eram políticos cassados. A reunião teve como motivo a comemoração pela volta de elementos que se encontravam fora do País desde 1964.

3.3 - INFORMAÇÕES EXISTENTES

3.3.1 - Resposta a Pedido de Busca 3350/SNI/ARJ

Confirma a sonegação de Impôsto de Renda nos anos de 1964 e 1965

3.3.2 - Informação nº179/EMAER, 16 Jun 67

Incentivou e apoiou as agitações estudantis reivindicatórias do Restaurante do Calabouço.

3.3.3 - Informe nº718/D2/DF, 12 Out 68

Tomou parte em reuniões com o fim de planificar movimentos de agitação nos meios estudantis, sindicais e intelectuais.

3.3.4 - Informação nº655/CENIMAR, 15 Dez 68

- Eleito para a Câmara Estadual, com apoio do PCB, sendo militante do mesmo.
- Explorou ao máximo os incidentes ocorridos na Guanabara em Maio 1968, participando inclusive do entêrro de estudante.
- Notabilizou-se na Câmara Federal por críticas contínuas ao Governo e ao Regime.

3.3.5 - Extrato Prontuário do SNI

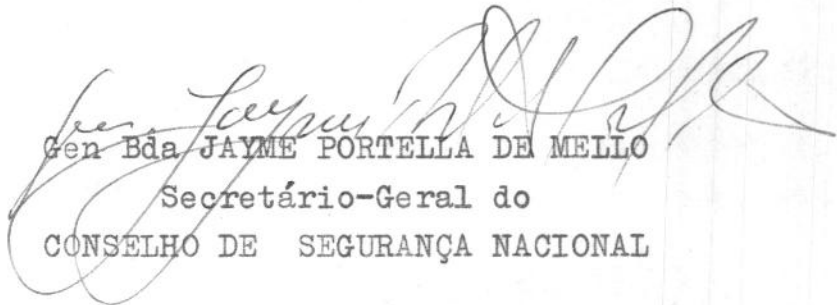
- Candidato a Deputado Federal, gastou verdadeira fortuna em sua campanha, obtendo dinheiro com a indústria de construção civil da Guanabara.
- Foi eleito Deputado Federal, contando com o apoio de comunistas notórios graças à influência do ex-deputado SALDANHA COELHO.
- Seguiu em gozo de férias para a Europa. (Sua situação financeira, a luz de suas declarações de renda, não permitiriam tal despesa).

CONTINUAÇÃO DA EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº 17 /SG-1/69 - 6 -
=====

- Em ato público do MDB, na ABI, atacou o Governo Federal por não permitir liberdade de trabalho e conclamou a todos protestarem em praça pública.
- Atacou o governo, utilizando como pretexto as agitações estudantis.
- Atacou a pressão militarista sobre o Governo.
- Manifestou-se contra o pedido de licença para que MÁRCIO M ALVES e HERMANO ALVES fossem processados.

4. Nestas condições, peço vênha sugerir, ouvido o CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL, na conformidade do artigo 5º, do Ato Complementar nº 39, sejam suspensos os direitos políticos pelo prazo de dez (10) anos e cassado o mandato eletivo federal do senhor JOSÉ COLAGROSSI FILHO, consoante dispõe o artigo 4º, do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência os meus protestos do mais profundo respeito.


Gen Bda JAYME PORTELLA DE MELLO
Secretário-Geral do
CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL

018. PRO CSS. 172. 8. P. 11

DOC
"B"

B - F I C H A I N D I V I D U A L



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES



FICHA INDIVIDUAL

1. Nº 092	2. DATA: 14/1/69
3. NOME: JOSÉ COLAGROSSI FILHO.	
4. FILIAÇÃO:	
5. DATA DO NASCIMENTO:	
6. NACIONALIDADE:	
7. NATURALIDADE:	
8. PROFISSÃO: ENGENHEIRO - DEPUTADO FEDERAL	
9. ESTADO CIVIL: CASADO	
10. INSTRUÇÃO: SUPERIOR	
11. RESIDÊNCIA:	

DOC
"C"

C - INFORMAÇÃO DO SERVICO NACIONAL
DE INFORMAÇÕES



FICHA INDIVIDUAL DE JOSÉ COLAGROSSI FILHO - CONT.º

12. EXTRATO DE PRONTUÁRIO

- Surgiu no plano político nacional, após a Revolução de 1964, explorando ligações com elementos cassados e asilados.
- Em sua campanha política, atacou sistematicamente o governo da Revolução.
- Após eleito, continuou a atacar a Revolução, procurando desencadear movimentos populares para presionar o governo.
- Promoveu viagens ilegais de asilados ao Brasil e promoveu reuniões políticas com os mesmos, em sua residência.
- Sistematicamente, tem fraudado o Imposto de Renda, pois suas declarações não justificam seu alto padrão de vida.
- Apresentou, na Câmara, moção de desagravo a JK.
- Fêz campanha em favor da anistia para os punidos pela Revolução e do retorno ao sistema das eleições diretas.
- Estimulou manifestações públicas de protesto contra o Governo.
- Criticou o confinamento do jornalista HÉLIO FERNANDES.
- Visitou JG, no Uruguai.
- Atacou o Governo, a pretexto de sua atuação contra as agitações estudantis.
- Atacou a "pressão militarista" sobre o Governo.
- Manifestou-se contra o pedido de licença para que MÁRCIO MOREIRA ALVES e HERMANO ALVES fossem processados.



FICHA INDIVIDUAL DE JOSÉ COLAGROSSI FILHO

- CONT.

13. HISTÓRICO DAS ATIVIDADES

1966

- Vice-Presidente da Associação Brasileira de Empreiteiros de Obras Públicas.
- Candidato a Deputado Federal (MDB/GB), gastou verdadeira fortuna em sua campanha, obtendo dinheiro com a indústria de construção civil da GB.
- Em discurso, na televisão, atacou o Governo e afirmou:- "está em curso um trabalho de corrosão do nacionalismo mais puro e humano"; "A soberania nacional deve ser sacrificada em prol de um bloco andrajoso e submisso" e "É proibido amar o Brasil."
- Foi eleito Deputado Federal, pelo MDB/GB, contando com o apoio de comunistas notórios graças à influência do ex-deputado SALDANHA COELHO.

1967

- Seguiu em gozo de férias para a Europa. (Sua situação financeira, à luz de suas declarações de renda, não permitiriam tal despesa).
- Tem se dedicado a "ajudar" asilados, transportando-os clandestinamente para o Brasil. (Foram comprovados os casos de viagens do asilado WILSON NEVES FREITAS e de quatro outros).
- Protestou, na Câmara, contra a ordem do Ministro da Justiça de apreensão do livro "Torturas e Torturados", de MÁRCIO M. ALVES.
- Solicitou, na convenção do MDB, em Brasília, o lançamento imediato de campanha popular pela anistia aos punidos pela Revolução de 64.
- Preconizou a mobilização das bases populares através de um programa nacionalista de doutrinação política, "de modo a conseguir, a anistia política,



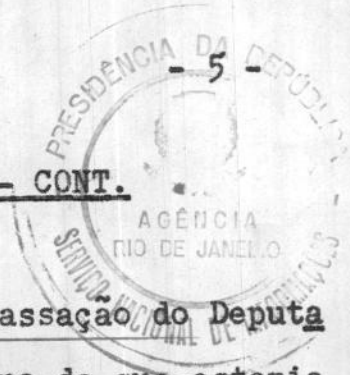
FICHA INDIVIDUAL DE JOSÉ COLAGROSSI FILHO - CONT.

o retorno as eleições diretas, a supressão do foro militar para os civis e a devolução ao Congresso de suas prerrogativas tradicionais".

- Em ato público do MDB, na ABI, atacou o Governo Federal por não permitir liberdade de trabalho e clamou a todos para protestarem em praça pública.
- Apresentou à imprensa, nota criticando o confinamento do jornalista HÉLIO FERNANDES. Fêz um apêlo ao STF "para conceder o "habeas corpus" impetrado em favor do jornalista, por estar em julgamento o próprio regime democrático brasileiro."
- Apresentou, na Tribuna da Câmara, moção de desagravo ao ex-Presidente JUSCELINO KUBITSCHK.

1968

- Foi empossado membro do Conselho Deliberativo do Museu de Arte Moderna do Rio, por três anos.
- Compareceu a uma reunião do MDB/GB, presidida pelo Deputado Federal WALDIR SIMÕES, onde foram aprovadas as seguintes proposições: a) A convocação da Convenção Nacional do MDB para tomada de posição contra o estabelecimento do "Estado Militarista" no País; b) Mobilização do Partido para uma campanha de vulto pelo restabelecimento das eleições diretas em todo o País.
- Em viagem por países da América Latina esteve com JG, por quem foi recebido friamente.
- Atacou o Governo, utilizando como pretexto as agitações estudantis.
- Ofereceu um jantar, em que os convidados especiais eram os políticos cassados, para comemorar a volta dos elementos que estavam fora do País desde 1964.



FICHA INDIVIDUAL DE JOSÉ COLAGROSSI FILHO - CONT.

- Colocou-se contra o processo de Cassação do Deputado do MÁRCIO ALVES, alertando o Governo de que estaria caminhando para o abismo.
- Adotou atitude idêntica ao discorrer sobre o processo intentado contra o Sr. HERMANO ALVES, acentuando: "ignorar o fenômeno do militarismo, seria negar uma realidade do mundo atual, realidade que marca, sobretudo, o Continente onde vivemos".

MS Pro. CSS. 172. 8, 0' 20

DOC
"D"

D - A N E X O S:
= = = = =

- 1 - DISCURSOS E PRONUNCIAMENTOS
- 2 - ENTREVISTAS À IMPRENSA
- 3 - MANIFESTO
- 4 - INFORMES E INFORMAÇÕES

1 - DISCURSOS E PRONUNCIAMENTOS
===== = =====

- 1.1 - Diário do Congresso, 1 Jun 67
- 1.2 - Diário do Congresso, 25 Ago 67
- 1.3 - Diário do Congresso, 14 Set 67
- 1.4 - Diário do Congresso, 14 Set 67
- 1.5 - Diário do Congresso, 14 Set 67
- 1.6 - Diário do Congresso, 8 Fev 68
- 1.7 - Diário do Congresso, 23 Out 68
- 1.8 - Diário do Congresso, 28 Nov 68
- 1.9 - Resumo de discursos pronuncia-
dos no Congresso.

O SR. JOSÉ COLAGROSSI:

(Comunicação — Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, na qualidade de representante do Estado da Guanabara não poderia, de maneira alguma, deixar de manifestar hoje minha total e firme solidariedade ao deputado Márcio Moreira Alves, vítima de mais uma das arbitrariedades que vêm sendo praticadas no setor cultural deste País. Seu livro "Torturas e Torturados" foi apreendido pela Polícia e a noite de autógrafos programada não pôde ser realizada. Quero, no entanto, comunicar à Casa que essa noite de autógrafos será realizada hoje, no Rio de Janeiro, no mesmo local, às 20,30 horas.

Todos aqueles que conhecemos o Deputado Márcio Moreira Alves, que vimos acompanhando, de há muito seu trabalho de jornalista e agora de Deputado, mesmo sem ter lido seu livro, estamos certos de que aquela obra terá uma grande contribuição para a independência deste País, pois se trata de obra documentada, com fatos da maior gravidade que ocorreram no período revolucionário.

Quero expressar, e tenho certeza, em nome da maioria dos Deputados do MDB da Guanabara, o nosso total repúdio à ação policial de que foi vítima o Deputado Márcio Moreira Alves e a nossa integral solidariedade ao ilustre colega. (Muito bem).

CONGRESSISTA: JOSÉ COLAGROSSI

PROJETO Nº _____

Nº _____

DC de 116 / 641 CD-SF-CA Pg 2805

DD Nº 1 de 1 1

213

[Handwritten signature]

ANEXO N.º 1.2

CONGRESSISTA: JOSE COLAGROSSI
 PROJETO N.º CAMARA
 N.º SENADO
 DC de 25 / 8 / 1971 CD-SF-CN Pg 499
 DO N.º / de / /

O SR. JOSÉ COLAGROSSI:
 (Comunicação — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, os jornais de hoje trouxeram a notícia de que o Ministro da Justiça determinou que o confinamento do jornalista Hélio Fernandes termina no dia 20 de setembro. Toda a Nação brasileira tem assistido, perplexa, à atitude do Governo que, confinando o jornalista que exercia o livre direito da sua profissão, fez com que aqueles, que acreditavam que este País ia realmente partir para a retomada da democracia, que acreditavam nos apelos do Sr. Presidente da República para o desenvolvimento e a prosperidade nacionais, chegassem à conclusão de que este poderia ser o pensamento do Presidente, mas, sem dúvida alguma, não era o pensamento da grande maioria, ou, pelo menos, de um parcela dos homens que detêm o poder. O confinamento de Hélio Fernandes demonstrou que as liberdades que lhe foram retiradas ainda não lhe foram devolvidas. Do

Rio de Janeiro foi levado para Fernando de Noronha, de Fernando de Noronha para Pirassununga, e, agora, num ato que ninguém entende, o Ministro da Justiça determina que, até 20 de setembro, o jornalista continue confinado. Sr. Presidente, Hélio Fernandes continua, sem ser julgado, sem direito de defesa, preso, ninguém sabe por quê. Ao escrever o artigo que deu origem ao seu confinamento, ele exercia, sem entrarmos no mérito desse artigo, o direito que lhe tinha sido assegurado pela Justiça. Tenho certeza absoluta de que, tanto nesta Casa como no País inteiro, enquanto durar o confinamento desse profissional de imprensa, haverá sempre deputados presentes para protestar para não aceitar esta situação, para apelar as forças vivas deste País, a fim de que se unam todas, para que nunca mais se confine ninguém, para que, de uma vez por todas, a Constituição e as leis sejam respeitadas neste País e, para sempre, a Justiça seja ouvida, quando for praticado um ato de violência contra alguém. Até agora a Justiça ainda não se pronunciou contra Hélio Fernandes, mas temos certeza, como também ele a tem, de que a Justiça não faltará, como não faltou, em nenhum momento neste País. Eu me junto àqueles que conhecem a bravura e a coragem de Hélio Fernandes, para dizer que, até o dia 20 de setembro, continuaremos dia a dia protestando contra esta violência e esta arbitrariedade. (Muito bem.)

CONGRESSISTA: José Colagrossi
 PROJETO N.º CAMARA
 N.º SENADO
 DC de 141 9/1671 CD-SF-CN Pg 5486
 DO N.º 1 de 1/1

Considerações sobre a política do FMI

O SR. JOSÉ COLAGROSSI:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, Srs. Deputados, dentro de alguns dias, por ocasião da reunião do Fundo Monetário Internacional, estarão no Brasil delegações de diversos países.

Acho oportuno fazermos algumas considerações sobre a política exterior do Brasil, nesta oportunidade.

Ninguém mais no Brasil pode ter dúvidas da relação existente entre o desenvolvimento econômico-social do País e sua política exterior.

As relações internacionais deixaram de ser consideradas expressão de meras afinidades ou incompatibilidades entre povos, para serem entendidas como um esforço global para o atendimento, na área internacional, das necessidades de cada país.

A política exterior deixou de ser concebida como assunto privativo das chancelarias, para tornar-se objeto da preocupação pública.

Os homens de nosso tempo se estão dando conta de que é através das relações entre os povos e do comportamento dos Estados que se decidem os destinos de cada comunidade. A política externa é o grande tema da opinião pública de nosso tempo.

A nova realidade, que os nossos dirigentes precisam encarar em toda sua extensão e profundidade, é que a guerra fria, em vez de uma simples etapa, parece constituir uma forma permanente de convivência, da qual sairemos apenas quando a evolução dos acontecimentos houver superado as formas presentes de antagonismo que contrapõem o Ocidente e o Oriente.

É urgentemente necessário que o Brasil adote na atual conjuntura mundial uma posição madura e realista.

O nosso povo aspira à democracia mas ainda não conseguiu alcançá-la, de forma permanente ou mesmo estável, pela interferência de causas sociais e econômicas que nos expõem freqüentemente a crises políticas, que acabaram por gerar o regime de exceção de 1964.

Entre as causas sociais e econômicas que nos impedem de alcançar a democracia avultam, como é sabido, o subdesenvolvimento econômico, as desigualdades na distribuição social da riqueza. A essas causas de caráter geral deve ser ainda acrescentada a presença em nossa economia de grupos econômicos internacionais que operam em nosso território, onde exercem uma soma de autoridade às vezes maior que a do próprio governo.

O desafio que nos impõe a história nos dias de hoje é o do desenvolvimento. Dizia Arnold Toynbee que uma civilização sobrevive ou morre, segundo saiba ou não responder ao desafio que lhe impõe a história.

É com satisfação que verificamos que o atual chanceler Magalhães Pinto procura no Itamarati andar a filosofia que informara o Governo anterior. Embora ainda não a tenha traduzido em atos práticos, a sua doutrina é o desenvolvimento e não a segurança, de que tanto falava o ex-Ministro Juracy Magalhães.

Como afirmava o chanceler San Thiago Dantas, numa época em que os povos já se certificaram de que não lhes está aberto nenhum caminho para a solução do seu antagonismo, através dos conflitos, das tensões internacionais e das soluções violentas, o caminho que verdadeiramente nos abre e ao qual temos que recorrer, cedo ou tarde, é o caminho da criação de condições competitivas que nos possam assegurar a vitórias princípios democráticos em que acreditamos.

Só podem pensar na guerra, como solução de conflitos ideológicos, os que desejam a guerra e não a solução desses conflitos.

São palavras de João XXIII, de Roncalli, o papa da Paz, da Justiça Social, do Desenvolvimento:

“Rejeitai toda ideia do emprego da força. Vós tendes um grande poder não para destruir, mas para construir, não para deixar, mas para unir, não para fazer derramar lágrimas, mas para assegurar aos homens o Trabalho e a Segurança.”

As futuras gerações marcarão a fogo o nome de políticos e dirigentes que defendem a guerra.

A concepção de guerra fria como simples conto de passagem, como simples etapa de choque militar e guerra real, correspondia, em primeiro lugar, a uma dificuldade que tinham os homens de Estado de se adaptarem a uma situação nova. Correspondia, também, a uma esperança de que na emulação entre o Ocidente e o Oriente, se pudesse firmar, de um momento para outro, uma situação de tal superioridade que um bloco pudesse condenar o outro à certeza de uma derrota ou de uma rendição.

A evolução dos nossos dias apontou-nos realidade bem diversa. Estamos vendo, em primeiro lugar, que os progressos tecnológicos se equiparam, que os países conquistam hoje vantagem num domínio, para perdê-la rapidamente, e outro. O que todos já sabem é que a guerra é realmente a destruição, não a destruição dos que nela tomam parte, não a destruição de algumas cidades, não a destruição de alguns exércitos ou de alguns homens de Estado, mas a destruição maciça de populações, de regimes, de culturas, de convicções, das idéias; e que depois de uma guerra, nos temas em que ela hoje se apresenta, o que existe é o nada, e de tal maneira que podemos repetir a frase do ex-presidente Eisenhower: “No Mundo Moderno, para a paz já não existe alternativa.”

Feitas essas digressões, vejamos qual deve ser a posição para o Brasil: a adoção de uma política externa soberana, que atenda aos nossos interesses, que não seja condutória dos Estados Unidos embora não pretenda lhe ser antagonista. A política de descomprometimento e independência em face do conflito Norte-Americano e Soviético é, ideologicamente, a mais representativa, autêntica e, pragmaticamente, a mais vantajosa para o Brasil e, por mais paradoxal que pareça, deve ter como modelo a posição dos Estados Unidos no século XIX e primórdios do século XX, que foi sempre de independência e autonomia face as grandes potências Europeias que dominavam o mundo de então. O neutralismo brasileiro, que não pode ser teórico e sim pragmático, seria bem recebido pela Europa, pelo Japão e entusiasticamente acolhido pelos blocos Afro-Asiáticos e Árabe. Os Estados Unidos não teriam o que temer de nosso Neutralismo pragmático, na medida que se certificassem de que esse neutralismo nem era uma justificativa para o ingresso do Brasil na órbita Soviética, nem expunha nosso País à influência ou intervenção da União Soviética. Um neutralismo rigoroso de nossa parte, mas que preserve nossas conveniências e nossas possibilidades.

O Sr. David Lerer — V. Ex.ª sabe que sou, nesta Casa, um dos mais entusiastas defensores da política de abertura do Chanceler Magalhães Pinto. Mas, ilustre Deputado pela Guanabara, pergunto a V. Ex.ª de que adianta pintar a fachada da Casa se o teto está cheio de goteiras e se o reboco interno está caindo das pare-

des? Que aproveita ao povo brasileiro uma política externa independente se o povo, internamente não tem liberdade? De que nos serve o Chanceler Magalhães Pinto defender uma política de freios corretos, de café impecável, e lutar com a FIP etc., etc., se aqui dentro o Ministro da Justiça diz que lutar por eleições diretas é conspiração, e diariamente se sucedem as prisões, as violências, as intimações, se o clima policial ainda reina no País. Deputado José Colagrossi, o Governo vive dentro de uma contradição que cada vez mais se aprofunda. É a contradição irremediável entre uma política externa positiva e uma política interna negativa, policial e obscurantista. E essa contradição é que nós, do MDB, acreditamos deva ser abolida, com a maior urgência possível, porque do contrário de nada aproveitará nem ao Governo nem a Nação a política positiva do Chanceler Magalhães Pinto. (Palmas).

O SR. JOSE COLAGROSSI - Nobre Deputado, respondo a Sr. que estou plenamente de acordo com suas palavras. Hoje mesmo, aqui, tive ocasião de falar sobre as arbitrariedades cometidas contra o ex-Presidente Juscelino Kubitschek e condenar a política interna do Governo. No entanto, vou prosseguir na análise da política exterior do Brasil.

A política soberana do Brasil deverá estreitar suas relações econômicas e culturais com os Estados Unidos, isto sempre na medida em que se der nosso fortalecimento internacional, decorrente de nossa nova posição no palco das decisões mundiais. Devemos aos EEUU todas as garantias que lhes devem ser dadas no tocante à não influência da União Soviética nos nossos negócios internos. Porém, não admitiremos convênios militares com os EEUU, nem cessão de áreas, mecanismo defensivo da área ocupada pelos povos "ao sul do Rio Grande" não se apoiará mais na intervenção Norte-Americana e sim no sistema Latino-Americano de defesa coletiva.

Algumas decisões deverão ser adotadas pelo nosso País, que poderão ~~afetar seriamente~~ mas apenas revelarão amadurecimento político. Vejamos:

1 - O reconhecimento do Governo da China Comunista, sem de nossa parte qualquer empenhamento com o Governo de Formosa. Esta seria uma posição realista e que foi defendida por Chester Bowles em artigo publicado na Revista Foreign Affairs, edição de abril de 1960 (temos a tradução publicada na Revista de Política Internacional, cujo diretor era o atual Ministro do Tribunal Federal - Dr. Oswaldo Trigueiro). Note-se que Chester Bowles é o ex-Embaixador dos EEUU na Índia e ex-Governador de Connecticut.

O que não é possível é a atual posição de nosso País que insiste em ignorar a existência de uma nação de 700 milhões de habitantes, potência atômica, que já é reconhecida pela França, Inglaterra, Canadá, e diversos outros países do chamada Mundo Ocidental - e ninguém pôs em dúvida a lealdade dessas nações ao chamado o Mundo Democrático, por adotarem decisões realistas.

2 - Restabelecimento de relações diplomáticas com Cuba, subordinado à criação de um estatuto de relações entre Cuba e o Hemisfério, dentro dos termos propostos pelo ex-Chanceler San Thiago Dantas em Punta Del Este.

3 - Reconhecimento da República Democrática Alemã. O problema alemão é um permanente desafio aos ideais de pacifismo. Só poderá ser resolvido com posições realistas de ambos os sistemas que se digladiam. É preciso que se encontre a solução com transigências mútuas e em bases aceitáveis.

O reconhecimento da República Democrática Alemã é uma medida jurídica certa, sob todos os ângulos e pontos de vista do Direito Internacional. A República Democrática Alemã existe de fato. Negar e simular princípios jurídicos que não autorizem sua existência de direito é alimentar a tensão internacional. É manter um foco de guerra fria. Ambos Estados Alemães poderão coexistir de fato e de direito. A unificação - aspiração máxima do povo alemão - virá após concessões recíprocas.

4 - Estreitamento das relações com os países da América Latina.

Esse estreitamento deve se traduzir em medidas concretas de integração econômica, sem interferência dos EEUU, prevendo-se, de acordo com as condições de cada país, dentro da área, certa especialização econômica, que assegure a mais alta produtividade e fortaleça o intercâmbio comercial Latino-Americano.

5 - Países Europeus e Japão.

Em relação a tais países a política brasileira deve intensificar o máximo as relações comerciais e culturais. Deveremos, dentro do possível, admitir na Europa e no Japão toda sorte de equipamentos e técnicos, de forma a liberarmos-nos do quase monopólio dos EEUU.

6 - Demais países do Bloco Afro-Asiático.

Intensificar o intercâmbio comercial, quase inexistente no momento. Srs. Congressistas: as medidas que mencionei são apenas algumas dentro de um quadro de decisões inadiáveis que urge adotar.

Aprofunda-se cada vez mais no Brasil a separação das classes dirigente e dirigida, pela perda da capacidade da primeira de resolver os problemas que se lhe apresentam.

Os que se acham no comando de nossa sociedade perdem gradualmente o poder de encontrar soluções para os problemas internacionais.

No governo do Marechal Castello Branco, o País não teve realmente uma Política Externa de defesa de nossos interesses. Houve, isto sim, uma rotineira aplicação de precedentes, quase sempre remontando à época do Rio Branco, e se procurou não uma colaboração e sim uma contínua e desenfreada dependência aos EEUU. Chegamos ao papel ridículo de defensores da Força Interamericana de Paz - a famigerada F.I.P.

O governo atual tem anunciado, mas apenas anunciado, até agora, a formulação de uma nova política exterior - a chamada diplomacia da prosperidade - conforme acentua o Chanceler Magalhães Pinto. Esperamos que ele passe ao trabalho prático, executando e tomando medidas que realmente representem o interesse nacional. Chegamos à época onde a supressão de etapas de civilização é decisiva para a nossa Pátria.

Os assuntos da política externa hoje se impõem à consciência dos povos como opções decisivas para seu próprio futuro.

O Brasil não pode continuar a ser, no plano internacional, o acólito dócil, o ventríloquo fiel, o comparsa quase mudo.

Como dizia um grande historiador brasileiro, uma das inúmeras vítimas da Revolução de 5º de abril, entre o novo e o velho, a escolha não é difícil. Entre o passado e o futuro, a dúvida não existe. Nós escolhemos o futuro. Não pretendemos "perder o fio da história". Sejam contemporâneos do futuro. (Muito bem, Palmas. O orador é cumprimentado).

essão deve a-

Exérc
rio q

ll cr

subje

as
a
000,00"

itar
000,00"

si-
do
000,00"

as
to
R\$ 100.000,00"

lili
o -
RBC
R\$ 100.000,00"

do Despesa,-
em na Propos-

subanexo do
tivo, impostas
missão.

missão, em 25 de agosto de 1967.

ado MENDES DE LORALS Sub-Relator

provar a prop
1968, com as
rem julgadas

Examinadas, d

do números:

ficando os to
ta.

Exército, de
as modificaçõ

213

ANEXO N.º 14

CONGRESSISTA: JOSE COLAGNOSI
 PROJETO N.º CAMARA
 N.º SENADO
 DC de 14191641 CD-SF-CM Pg 5401
 CO N.º / do 1 1

*Peço a STF que
 não deixe de julgar
 o Habeas Corpus em favor
 de Heitor Fernandes*

O SR. JOSE COLAGNOSI:

(Comunicação — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente faço daqui um apelo ao Supremo Tribunal Federal para que não deixe, de maneira nenhuma, de julgar o habeas corpus impetrado pelos advogados de Heitor Fernandes, diante da decisão do Tribunal Federal de Recursos.

A quem esta em julgamento não é o jornalista Heitor Fernandes, mas o regime democratico no País. Se, por falta de tempo, o processo vier a ser arquivado o que se dará se não for julgado até o dia 20, a Nação inteira ficará sem conhecer a opinião da nossa Suprema Corte.

Nós, como todos aqueles brasileiros que acreditam na Justiça, temos fé na decisão do Supremo Tribunal, e sabemos que irá acolher o pedido de habeas corpus, rejeitando os atos institucionais, mostrando que eles não estão em vigência. Este problema que tem causado tanta discussão, inclusive nesta Casa, ficará no ar e o País inteiro ficará sem saber se estão ou não em vigência os atos institucionais, se o Supremo não chegar a julgar o pedido de habeas corpus antes do dia 20.

O imprensa inteira do País está cheia de pronunciamentos e de notícias de atitudes do Ministro da Justiça, tentando pressionar o Supremo Tribunal, declarando, inclusive que ele não tem competência para julgar a matéria. Quer o Ministro da Justiça que o habeas corpus impetrado não seja julgado porque tem certeza absoluta de que será acolhido pelo Supremo Tribunal Federal.

Sr. Presidente, este País vive desde a Revolução de 1934, num clima em que sempre se sente que forças que não se sabe quais são, mas formadas de homens que se arrogam o direito de mandar neste País e ninguém sabe por que fazem todo o tipo de pressão, no intuito de mostrar que o regime democratico, que as liberdades estão terminadas, e que o império do arbítrio e da vontade de um pequeno grupo que se colocou no poder, resiste ao desejo de todos, de que o País volte às normas democraticas.

Sr. Presidente, não poderá haver paz, não poderá haver prosperidade, não poderemos encontrar os caminhos que a História nos reserva, se realmente não prevalecerem no País as liberdades. Nação alguma poderá progredir, senão com fundamento na liberdade e principalmente na liberdade de imprensa.

Este o apelo que formulo ao Supremo Tribunal Federal para que julgue o pedido de habeas corpus em favor do jornalista Heitor Fernandes, a fim de que não deixe a Nação em suspense, sem saber qual a sua opinião. Tenho a certeza de que o Supremo Tribunal não aceitará o confinamento do jornalista como um ato juridico normal, mostrando que, no caso se praticou um ato injusto, um ato con-

tra a Constituição vigente. (Muito bem)

213

CONGRESSISTA: *Jose Colagrossi*
 PROJETO N.º CAMARA
 N.º SENADO
 DC do 141 9 / 67 / CD-SF-CM Pg 5418
 DO N.º / de / /

Desaguarano a JK
A

mantida neste País, embora contra seu Governo se levantassem os homens que hoje ocupam o poder, os subversivos de ontem, que continuam, hoje, conspirando, fez com que fossem respeitados e mantidos na plenitude dos poderes que a democracia lhes garantia.

Juscelino Kubitschek, ao ser chamado a depor perante uma autoridade de 5º escalo, não ia só. Com ele iam, também, todos os brasileiros que sentem que este País precisa ser transformado, dando uma reviravolta, de uma vez por todas. Esses homens que se arrogaram o direito de mandar e desmandar neste País, vieram para cá ninguém sabe por que nem como. Se aí estão é pelo império da força e da arbitrariedade. É preciso que se juntem as forças vivas deste País para não permitir mais que o Brasil dê ao mundo inteiro, esse triste exemplo de País em que um homem como Juscelino Kubitschek é tratado como marginal, para responder — e isso é ridículo — se ele foi ou não a determinada reunião. Acho que o Brasil já tem voltado muito para trás e se não nos unirmos, se esta Casa não se colocar na vanguarda, para não permitir que isto aconteça, amanhã estaremos agachados perante essa força da prepotência que predomina no País. É preciso que não se meça o perigo e se acredite piamente que só sob o regime democrático é decente viver e só sob ele se deve aceitar viver. É preciso, então, que, neste País, todos os brasileiros se unam em torno de qualquer movimento, seja do MDB, seja de outra agremiação, promovido por aqueles que ainda esperam definitivamente acabar com atos como este há dias ocorrido no Rio de Janeiro.

Vai aqui o nosso protesto, em meu nome e no do MDB da Guanabara, e o nosso total repúdio ao tratamento dado ao ex-Presidente Juscelino Kubitschek. A ele o nosso carinho, a ele a certeza de que, quando foi chamado, também foram os homens que amam este País e nele acreditam. (Muito bem).

O-SR. JOSE COLAGROSSI:
 (Comunicação — Sem revisão do Orador) — Sr. Presidente, venho à tribuna para, em meu nome e em nome do Diretório Regional da Guanabara, apresentar nosso desgosto a essa figura impar do Brasil, Juscelino Kubitschek de Oliveira. (Muito bem.)

A Nação inteira assistiu, de coração sangrando, à ingratidão sofrida por este homem, que já não mais pertence ao Brasil, por esse homem, cujas atitudes e cuja administração à frente da nossa República deram a este País uma perspectiva que nunca lhe tinha sido dada, lançando o Brasil no futuro. Esse homem fez com que acreditássemos em nós mesmos, fez com que a democracia fosse

DCN I, de
8.2.68 -
Pg 671

O SR. JOSE COLAGROSSI:

(Comunicação — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, a Constituição de 1934, quando outorgada ao povo brasileiro, restituiu o direito de voto a grande maioria dos brasileiros. No entanto, ela não dava a certas cidades do Brasil o direito de escolher seus governantes. Este País viveu uma série de campanhas para dar a tais cidades o direito de voto. Assim foi que São Paulo, bem como a própria Guanabara, e diversas estâncias mineiras se conseguiram o direito de escolher seus dirigentes em 1930.

É o que se vê agora e que o atual Governo, querendo, mais uma vez, dar marcha-a-ré no País, querendo, mais uma vez, implantar um sistema de retrocesso político, pretende tirar o direito de voto de grande parte das cidades brasileiras. O pretexto usado para isso é o de segurança nacional. E ainda ontem mesmo foi evidenciado nesta Casa por ilustre figura das nossas Forças Armadas o fato de que não havia razão alguma para que esses municípios não tivessem o direito de escolher seus prefeitos.

Recentemente, o Presidente Costa e Silva, visitando Petrópolis, alegava que encontrou naquela cidade o direito de ir e de vir. Para que esse direito exista sempre em Petrópolis e em outras cidades das quais querem tirar a prerrogativa de escolher os seus governantes para que não só o Presidente da República mas todos os brasileiros possam ir e vir livremente neste País, é preciso que se respeitem os direitos já conquistados pelo povo brasileiro.

Se as Forças Armadas têm tanto de sobra nos seus afazeres, a ponto de não terem tido conta de algumas cidades, está aí a ameaça abandonada, que só será nossa quando for ocupada pelo Exército brasileiro para evitar que outros países tenham com a daquela Região. Na semana passada, tive ocasião de passar alguns dias na Amazônia e verifiquei seriamente, inclusive, do Comandante Militar daquela Região que se deve prosseguir a ocupação da Amazônia pelo nosso Exército, o quanto antes.

Não faltam, portanto, razões ao Exército brasileiro, nem áreas para serem ocupadas, e não seriam certamente cidades como Petrópolis, Campos, Cabo Frio e outras, que precisariam ser ocupadas pelas Forças Armadas para garantir a soberania nacional.

Aqui fica, pelo espaço protestado que tenho certeza é o de todos os brasileiros que cidades abandonadas por esse direito do Presidente da República. (Luzes sem)

Cópia P/ Rio

CONGRESSISTA: JOSÉ COLAGROSSI
PROJETO Nº CAMARA
Nº SENADO
C de 23 / 10 / 68 / CD-SF-CN Pg 4
D Nº / de / / Supplemento

*Casação do Dep. Moreira Alves
= Declara-se contra*

*Rel
49*

radeiras etapas da Alemanha nazista já não se escrevia, nem se pronunciava o vocábulo *frei* (pronunciava-se *frei*). Isto é livre, independente. No independente de hoje, dizia Goebels, se esconde o inimigo de amanhã.

Ao fanático repugna toda atitude de isenção ou de imparcialidade. Enquanto um ministro de Hitler costumava repetir — "Quando ouço falar em cultura, puxo meu revólver" — Stalin mandava trucidar velhos amigos seus que ousavam discordar. Eis por que, Sr. Presidente, o radicalismo conduz necessariamente ao arbítrio, à intolerância e à tirania. Toda violência é legítima se praticada em favor da segurança do poder — sustentam radicais e sectários de doutrinas que vão sendo progressivamente sepultadas pela marcha da história.

Srs. Deputados: — Se o Presidente da República transgír uma única vez, sob a influência dos grupos radicais, deslizará num plano inclinado que poderá levá-lo ao abismo.

Parece, portanto, Sr. Presidente, preferível recusar a explicação das "Pressões irresistíveis".

De qualquer forma, Srs. Deputados, a ameaça que está hoje em comêço de execução apresenta o caráter indistigável de perturbar o diálogo indispensável ao que nos resta de sistema democrático. A primeira consequência da insensata iniciativa é testemunhada por todo o plenário. De um lado, o notório constrangimento dos eminentes colegas de ARENA, de outro, o irreprimível sentimento de repulsa dos nossos dignos companheiros de oposição.

Esses dois tipos de reação se confundem entre o mal-estar e a indignação, porque o propósito — o simples propósito — de suprimir as prerrogativas constitucionais do Deputado Márcio Moreira Alves já atingiu a integridade desta Câmara.

Constrangimentos de uns, inconformação de outros refletem um sentimento único, o mais humano e mais universal de todos os comportamentos — O instinto de defesa. Defender a integridade ao mandato popular, Senhor Presidente, significa lutar pela sobrevivência da instituição básica do regime democrático. Por isso mesmo, a imunidade parlamentar foi preservada pela atual constituição. Com a extraordinária soma de poderes de que dispunha, o Marechal Castello Branco, o *homem forte* de 1964, poderia suprimir aquele privilégio, ou pelo menos minimizá-lo, tornando-o extensivo a membros de outras instituições da República. Entretanto, até naquele período excepcional, outro valor mais forte dominava consciências e condicionava os destinos políticos da nação. Este valor mais forte é a consciência jurídica universal. O que está inscrito na Constituição, sob o número 34 — "Os Deputados e Senadores são invioláveis no exercício do mandato por suas opiniões, palavras e votos" não é, evidentemente, criação brasileira nem conquista de nenhuma nação adiantada e, sim, um patrimônio da civilização contemporânea.

Para justificar o atentado contra o Deputado Márcio Moreira Alves, o representante do Sr. Presidente da República chegou a invocar, como precedente, um processo de 1950, quando certo parlamentar paulista foi preso em flagrante por crime inafiançável.

Ora Sr. Presidente, qual o crime cometido pelo Deputado Márcio Alves nesta mesma tribuna que agora ocupo? Não há, em seu discurso, nenhuma palavra de insulto, de injúria ou de calúnia. Crítico militares como poderia ter criticado civis da administração pública ou civis do Poder Judiciário. Foi este o pensamento do parlamentar carioca, já explicado, por êle próprio.

De resto, Sr. Presidente, não há notícia de que em algum país democrático autoridades administrativas

religiosas, militares ou judiciárias sejam imunes a censuras de qualquer natureza, diretas ou indiretas, suaves ou contundentes. No exercício do mandato e nos limites do decóro parlamentar, podemos combatê-las com a mesma veemência com que os representantes do governo combatem a oposição.

Sem essa reciprocidade, Srs. Deputados, a vida desta casa se transformaria numa farsa inqualificável.

Deixei claro, Sr. Presidente, que não acredito que aqui, neste plenário, se abra caminho para deixar nosso digno colega Márcio Moreira Alves despojado do mandato que lhe foi confiado pelo Estado da Guanabara.

Apesar desta serena convicção, Senhor Presidente, sinto-me no dever de reafirmar minha fé na consciência democrática da Câmara dos Deputados e, também, de exprimir meu protesto contra o erro do governo ao tentar a medida insensata cujo primeiro efeito negativo já se fez sentir: — O de agravar as apreensões do povo brasileiro. (Muito bem.)

O SR. JOSÉ COLAGROSSI:

(Comunicação. Lê) — Srs. Deputados, quando, em meados de setembro, surgiram os primeiros indícios do plano para eliminar o mandato do Deputado Márcio Moreira Alves, comentei várias vezes, entre colegas e jornalistas: Não creio que o Governo cometa mais este erro.

Era esta, realmente, Sr. Presidente, a linha do meu raciocínio — resultante de uma formação atenta ao equilíbrio e à ponderação. Vivendo como vive agora a nação horas tão conturbadas, a ponto de inquietar o setor empresarial e outros de igual responsabilidade social, parecia-me, flagrante imprudência qualquer ameaça ao normal funcionamento desta casa — verdadeiro fator de equilíbrio entre governantes e governados e, por isso, único recinto onde é possível o livre diálogo entre governo e oposição.

Observadores políticos e conhecedores da personalidade do Sr. Presidente da República interpretam hoje sua infeliz iniciativa como fruto de irresistível pressão de grupos radicais vinculados às origens da revolução de 64. Se é procedente a explicação, Srs. Deputados, estamos diante de sombrias perspectivas, sombrias não só para a nação, como também para seu próprio chefe.

No consenso geral, o radicalismo é um estado de espírito cuja morbidez se caracteriza pela constante e insaciável necessidade de eliminar opositores, de sufocar protestos, de abafar até os gemidos dos inconformados — tudo, naturalmente, em nome da segurança do poder. Eliminados os presentes opositores, segue-se fatalmente o temor de que surjam de suas cinzas outros tantos protestos, outras tantas vozes descontentes. Nas der-

ANEXO N.º 18

CONGRESSISTA: **JOSÉ COLAGROSSI**
 PROJETO N.º CAMARA
 N.º SENADO
 DC de 28/11/68 / CD-3F-CN Pg 3
 DO N.º / de / / Suplemento

Análise e crítica do processo de atribuição de poderes ao Sr. Hermanno Alves

O SR. JOSÉ COLAGROSSI:

(Comunicação — sem revisão do orador) — Sr. Presidente, confirma-se a notícia de mais um atentado à soberania desta Casa. Está em curso o processo contra o Deputado Alves. Desta vez, o radicalismo atinge também a imprensa do nosso País. Pretendem-se condenar o representante carioca pelos seus artigos de crítica ao militarismo, artigos que não tiveram contestação. E, se não tiveram contestação quando publicados, Sr. Presidente e sinal de que não possuem força demolidora ou capaz de abalar os alicerces do regime vigente. Nem mesmo os mais vigilantes dos nossos dignos colegas da ARENA sentiram necessidade de subir a esta tribuna afim de combater os pontos de vista do Deputado-jornalista, sustentados no "Correio da Manhã".

Eis que, agora, Sr. Presidente, quando a costumeira colaboração do parlamentar se ocupa das eleições americanas e outros assunto desencaixa-se um estranho propósito oficial de punição. Estranho porque coincide com outras demonstrações de intolerância contra a Imprensa, e o Sr. Hermanno Alves é, antes de tudo, um jornalista. Era esta sua atividade principal antes de eleito pelo povo da Guanabara. Em sua classe sempre se distinguiu pela fidelidade aos fatos, pela correção nos comentários, pelo talento na análise. De igual timbre é o conceito entre seus pares, podendo eu acrescentar — interpretando talvez o pensamento deste Plenário que, em nosso convívio, o Sr. Hermanno Alves se destaca pelo espírito de coleguismo e pela permanente cordialidade. Eis por que Sr. Presidente, o golpe contra o mandato do Deputado Hermanno Alves não é somente um atentado contra a Constituição: — fere frontalmente nossa sensibilidade. Mais ainda: — Trata-se de medida que vêm necessariamente acompanhado de grave ameaça a todos quantos militam na imprensa política. É neste setor que escrevem os maiores valores do jornalismo brasileiro. Explica-se: — o poder decisório que a prática política exerce em todos os ramos da atividade envolve necessariamente os destinos do povo e da Nação. Por outro lado, a análise do fato político requer a um só tempo, visão universal da História e capacidade de interpretá-la em dimensões nacionais.

Srs. Deputados — Ignorar e fenômeno do militarismo seria negar uma realidade do mundo atual, realidade que marca, sobretudo, o Continente onde vivemos. Escrever sobre política latino-americana, desconhecendo este aspecto do nosso subdesenvolvimento, seria uma contrafação inaceitável.

Reconhecê-lo e critica-lo, como fez o Sr. Hermanno Alves, é uma temeridade, porque provoca iras e expedições punitivas. O dever do governo não é só construir estradas. É preciso construir confiança. Confiança pública. O governo a constrói confiando no diálogo, no controvérsia que é a essência do Direito e o fundamento de todas as Democracias.

O governo tem em seus quadros brilhantes jornalistas. Escrevam contestando os artigos do Sr. Hermanno Alves. Divulguem seus argumentos pelos jornais, pelo rádio, pela televisão, pela "Hora do Brasil".

Se não faltam talentos para a defesa do governo, sobram espaços e horários para divulgação de suas razões. Os irados é que nunca têm razão. Srs. Deputados, por que tanto medo do livre debate? O temor nada constrói, como já demonstraram os líderes empresariais em recente memorial ao Sr. Presidente da República.

O caminho para a tranquilidade e o progresso da vida brasileira é o livre diálogo entre governantes e governados, para julgamento final da coletividade.

Aí estão, Sr. Presidente, a Lei e a Força para fixar responsabilidades e conter os abusos nunca para implantar o pânico, para silenciar vozes esclarecidas, como é a voz do Sr. Hermanno Alves, legítimo parlamentar e jornalista autêntico.

Em favor da integridade do seu mandato está a consciência desta Casa, está o consenso unânime do povo da Guanabara. (Muito bem.)

ANEXO N.º 19



Resumo dos principais pronunciamentos do
 JOSÉ COLAGROSSI FILHO no Congresso Nacional

DATA	RESUMO DO DISCURSO	DC
14/9/67	Apela para o STF julgar o HC de HF.	Nº 114
14/9/67	Repudiando o tratamento dado pelo Gov a JK.	Nº 114
14/9/67	Comparando a política interna com a externa.	Nº 114
24/4/68	Falou sobre a propalada cassação de mandato de deputados em SP.	Supl ao Nº 63-I
25/4/68	Falou sobre participação do clero na vida pública.	Nº 25-I
17.7.68	Disse que a displicência que vem caracterizando a conduta política do Governo em relação aos problemas nacionais; em geral, e aos problemas estudantis, em particular, desejo que conste dos Anais a minha posição de Dep do MDB, a qual estou certo, tem o apoio de muitos outros parlamentares. Disse que enquanto o Gov anunciava disposição de diálogo, a Oposição se manteve atenta e na esperança de seu êxito. Porém, com a decisão oficial de impedir a força manifestações pacíficas, a Oposição não pode silenciar diante do temerário erro político e da arbitrariedade de imprevisíveis consequências. O pretenso diálogo foi aberto para ser fechado. Em primeiro lugar, a Oposição proclama que o princípio de autoridade tem por base a legitimidade do Governo e é sustentado pelo respeito as franquias democráticas; nunca pelo arbítrio, sempre gerador de violências. Fora da Ordem Jurídica tu do e desordem. Ora, esta, afinal comprovado que o Gov foi o primeiro a praticar ilegalidade com a proibição de passeatas, atentando mesmo até contra a autonomia dos Estados.	Nº 116-I
21.8.68	Em seu discurso, disse: "peço a transcrição nos Anais desta Casa da conferência realizada, na última semana, na Escola de Engenharia de Juiz de Fora, pelo ex-Presidente Juscelino Kubitschek. Nela encontramos a tônica dos que acreditam no Brasil, daqueles que vem que só pelo desenvolvimento e pela união de todos os brasileiros vamos recolocar este País nos caminhos dos quais ele nunca devia ter saído. A palavra do ex-Pres JK, falada a mocidade de Juiz de Fora, deve ecoar em todo o país, como a do homem sóbrio do homem íntegro, do homem que governou este país e que da sua liderança foi afastado pela Revolução, mas jamais se afastou do coração do povo, representando hoje o símbolo da esperança do Brasil".	Nº 141-I



Resumo dos principais pronunciamentos de
 JOSÉ COLAGROSSI Filho.

no Congresso

DATA	RESUMO DOS DISCURSOS	DC Nº
12.9.68	<p>Falando sobre a nova lei de inelegibilidade" disse: "faço minha, a interrogação da linha radical: Por que apenas as esposas dos proscritos? O problema das novas condições de inelegibilidades não se restringe aos casos de dona Maria Te-reza Goulart e dona Sarah Kubistchek, de Dna Eloá Quadros e ao de nossa eminente colega Ligia Dou-tel de Andrade.</p> <p>Pergunto ao grupo radical: seria lícito frustrar os ideais da Revolução, consentindo na kek elei-ção das filhas e genros do Sr Juscelino?</p> <p>Parece lógico que todos responderão pela negati-vidade.</p> <p>Por enquanto, procura-se atingir apenas as espô-sas dos cassados, amanhã tentar-se-a alcançar os 10 filhos do ex-Dep Wandir Pires. E o caminho pa- ra fechar todas essas portas é incompatível com projetos de lei. Quem diz "lei", diz "preceito / constitucional", quem diz "Constituição", diz / Ordem "Ordem Jurídica" cujas bases estão no li- vre funcionamento do Poder Legislativo do qual so- somos representantes legítimos.</p> <p>Fechar as portas aos familiares dos cassados sig- nificara fechar, também, as portas desta Casa".</p>	156-I
23.10.68	<p>Falando sobre a cassação do mandato do Dep MÁRCIO MOREIRA ALVES, disse: "qual o crime cometido pelo Dep MÁRCIO MOREIRA ALVES nesta mesma tribuna que agora ocupo? Não há, em seu discurso nenhuma pa- lavra de insulto de injúria ou de calúnia. Criti- cou militares como poderia ter mutua criticado civis da administração pública ou civis do Poder Judiciário. Foi este o pensamento do parlamentar carioca, já explicado por ele próprio.</p> <p>Não acredito que aqui, neste plenário se abra ca- minho para deixar nosso ra digno Dep MÁRCIO MORRI- RA ALVES despojado do mandato que lhe foi confia- do pelo Estado da GB. Sinto-me no dever de expri- mir meu protesto contra o erro do governo ao ten- tar a medida insensata cujo primeiro efeito negati- vo já se fez sentir".</p>	SUP DC 186-I

2 - ENTREVISTAS À IMPRENSA

2.1 - PROGRAMA TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL,
31 Out 66

2.2 - CORREIO DA MANHÃ, 28 Mai 67

2.3 - ULTIMA HORA, 15 Ago 68

2.4 - CORREIO DA MANHÃ, 12 Set 68.

ANEXO N.º 1

PRIMEIRO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL

DIA 31/OUT/1966



Fala do candidato a Dep Fed pelo MDB - Dr JOSÉ COLAGROSSI

Confesso que me é muito difícil enfrentar esses pequenos períodos que me são concedidos para me dirigir ao público



Mobilização

em 28

A mobilização de bases populares através de um programa nacionalista de doutrinação política, em todo o País, foi a tese preconizada, ontem, pelo deputado José Colagrossi como fórmula para transformar o MDB "em verdadeiro partido de Oposição, potencialmente capaz de gerar as condições indispensáveis à anistia política, ao retorno às eleições diretas, à supressão do fôro militar para os civis e à devolução ao Congresso de suas prerrogativas tradicionais".

Afirma o parlamentar da Guanabara que "a camisa-de-fôrça do bipartidarismo imposta ao País pelo Ato Institucional n.º 2 eliminou as possibilidades de ressurgimento, a curto prazo, do sistema pluripartidário, restando ao MDB um único caminho: fortalecer-se como partido de Oposição".

O sr. José Colagrossi afirma que não tem preconceitos contra a Frente Ampla, mas só a entende como instrumento de mobilização popular para o

combate ao sistema militar que emergiu no País desde o movimento de março de 1964. Condena sua transformação em partido político, salientando que, durante a ditadura que se instalou no País em 1934, as correntes políticas mais diversas se uniram para derrubá-la, sem, entretanto, cogitarem de unir-se sob uma legenda comum. Diz o parlamentar que o fenômeno político atual é semelhante, em alguns aspectos, ao clima anterior a 1945, quando o País voltou a reintegrar-se no sistema democrático.

Colagrossi: Houve violação de direitos humanos

T1-27 T1-27/7/67

O deputado federal José Colagrossi Filho distribuiu nota à imprensa, dizendo que "do ponto de vista legal o confinamento do jornalista Hélio Fernandes, como já tive oportunidade de declarar, significa antes de tudo a violação dos mais elementares direitos individuais, consubstanciados mesmo na Constituição em vigor".

Adianta estar certo que "a Justiça do meu país, que tem resistido às tentativas de violação de sua soberania, vai impor o cumprimento de decisão anterior que garante ao sr. Hélio Fernandes o direito de exercer livremente sua profissão".

Prossegue lembrando que o ministro da Justiça tornou público que, "mesmo confinado, o sr. Hélio Fernandes pode exercer sua profissão".

"Com esta declaração — frisa — é evidente que o ministro quis confundir a opinião pública e simular que praticara um ato legal. Pois é sabido que o sr. Hélio Fernandes foi preso por exercício de profissão e confinado a cerca de dois mil quilômetros, na antiga Ilha do Diabo. Será que só na Ilha do Diabo se pode prati-

car a liberdade de imprensa preconizada pelo atual governo".

"Neste momento — diz ainda o sr. Colagrossi — outra consequência dessa medida do governo é a crise que se desdobra numa dimensão imprevisível, atingindo a todos os setores da vida nacional: político, econômico e social".

Friza que "de outro modo sua repercussão negativa no exterior nos projeta como um país que está muito longe de alcançar a sua democracia. É um paradoxo, é evidente: de um lado, o atual governo clama pela união nacional, em torno da paz e do desenvolvimento, e de outro lado, suprime ainda mais os resíduos de liberdades democráticas que restaram de seu antecessor".

Por fim, o deputado José Colagrossi Filho afirma que, "como um democrata, concito os brasileiros a se engajarem na luta pela reconquista da liberdade e a retomada do desenvolvimento. Mais do que nunca a nossa bandeira, que é a bandeira de cada um, a bandeira de todos, é o desenvolvimento com liberdade".

ÚLTIMA HORA

15 AGO 1968

ANEXO N.º 2-3
LIVRO EM



cassados à mesa *UH 15*

O Deputado José Colagrossi ofereceu um jantar em que os convidados especiais eram políticos cassados. A reunião teve como motivo a comemoração pela volta de elementos que se encontravam fora do País desde 64. Por falar nisso: o ex-Deputado Sérgio Magalhães, que se entregou há anos a um ostracismo voluntário, está sendo cada vez mais solicitado pelos meios políticos. Mas Sérgio tem resistido a qualquer participação maior, preferindo continuar a tratar de seus negócios particulares.

12 SETEMBRO



Colagrossi faz crítica a Gama e Silva

OMP 12

O deputado José Colagrossi (MDB-GB) em discurso de protesto contra o projeto do ministro Gama e Silva que pretende fixar novas inelegibilidades, afirmou, ontem, que "fechar as portas aos familiares dos cassados significará fechar, também, as portas desta Casa. E não creio que seja este o propósito do presidente Costa e Silva, até porque deverá sair desta mesma Casa a escolha do seu próprio sucessor".

"Por enquanto, frisou, ainda o deputado Colagrossi, procura-se atingir apenas as esposas dos cassados, amanhã tenta-se alcançar os 10 filhos do ex-deputado Waldir Pires. E o caminho para fechar todas as portas é incompatível com projetos de lei."

E concluiu: "Quem diz lei, diz preceito constitucional, quem diz Constituição, diz ordem jurídica, cujas bases estão no livre funcionamento do Poder Legislativo do qual somos representantes legítimos."

3 - M A N I F E S T O
= = = = =

UM TESTE PARA A SUA OPINIÃO

UM TESTE PARA SUA OPINIÃO

ANEXO N.º 3

sim não

- Você acha que temos um governo democrático — do povo, pelo povo e para o povo — como Lincoln o definiu?
- Você acha que enterrar o desenvolvimento industrial e reduzir o poder aquisitivo do povo é o melhor caminho para determos a inflação e contermos o custo de vida?
- Você acha que a Igreja Católica e outras religiões devem sofrer restrições em sua ação social?
- Você acha bom para o país que o capital estrangeiro tenha crescente domínio sobre nossas riquezas e nosso parque industrial?
- Você acha que os sindicatos de trabalhadores e as entidades estudantis devem ser dominados pelo governo?
- Você acha que os trabalhadores têm direitos demais e alguns (como a estabilidade) devem ser anulados?
- Você acha que o Brasil tem atualmente uma política externa que corresponda aos seus interesses de nação livre e soberana?

(Veja o resultado no verso)

Se você respondeu "não" a maioria das perguntas, vai votar no MDB, o partido da oposição, nas próximas eleições. E se respondeu "não" a todas as perguntas, pretende escolher entre os candidatos indicados pelo MDB, um nome cujo passado e cujo programa garantam uma firme posição de defesa das liberdades democráticas e de combate a política antinacional e antipopular executada pelo atual governo.

Meu nome é José Colagrossi Filho.

Aos 39 anos de idade, jamais exerci ou disputei qualquer cargo eletivo. Completei meu curso de Engenharia em 1951 e, desde então, sem me ausentar do debate dos grandes problemas nacionais, dediquei-me unicamente à profissão. Algumas das maiores obras públicas foram feitas sob minha direta responsabilidade. Disputo agora uma cadeira na Câmara Federal, porque creio poder ser útil num momento em que as instituições republicanas e democráticas estão sendo destruídas e a situação econômico-social do país é desoladora. Mais do que nunca, a vida política do país exige nomes novos, sem compromissos com os erros e omissões do passado e empenhados unicamente na restauração da paz nacional, apoiada no progresso e prosperidade de todas as classes sociais.

Se você quer responder NÃO às sete perguntas do teste nas eleições de 15 de novembro, pode confiar-me seu voto: não será traído. E, se além do voto, quiser e puder ajudar minha campanha de algum modo — por menor que a ajuda seja — venha ou telefone ao Escritório Central: Praça Floriano, 55 - 3.º - Tels.: 52-3290 e 42-2809.

Juntos ajudaremos a construir um Brasil soberano, democrático e próspero!

Oferta de Amigos

4 - INFORMES E INFORMAÇÕES
===== = =====

- 4.1 - Resposta ao Pedido de Busca nº3350/SNI/ARJ/66,
3 Jan 67
- 4.2 - Informação nº179/EMAER, 16 Jun 67
- 4.3 - Informe nº189/67, 2ªSec EMR/11, 16 Jun 67
- 4.4 - Informe nº349/67, 2ªSec EMR/11, 1 Set 67
- 4.5 - Informe nº718, D2/DF, 12 Out 67
- 4.6 - Informe nº226/CIEx, 26 Abr 68
- 4.7 - Informação nº655/CENIMAR, 15 Dez 68.



SNI/ARJ
PROTOCOLO
ACE Nº 303
9/1/67

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SEÇÃO DE SEGURANÇA NACIONAL

SECRETO

REFERÊNCIA: Pedido de Fusca nº 3350/SNI/ARJ/66
(ST 17.3/1327)

RESPOSTA: 2.1. - Confirma-se o informe. -----
2.2. - O Senhor Delegado Regional do Imposto de Renda no Estado da Guanabara informa o seguinte: ---

"1) que a declaração de rendimentos para o exercício de 1964, ano-base de 1963, foi apresentada como isenta de imposto, consignando como rendimentos brutos a soma de Cr\$1.211.000 apenas. Nesse exercício apresentou esta D.R.I.R. um total de rendimentos tributáveis de Cr\$164.900.000 (cento e sessenta e quatro milhões e novecentos mil cruzeiros), o que proporcionou a cobrança da quantia de Cr\$153.961.500 (cento e cinquenta e três milhões, novecentos e sessenta e um mil e quinhentos cruzeiros) de imposto e multa; -----

2) que não foi apresentada declaração de rendimentos para o exercício de 1965, ano-base de 1964, apurando no entanto esta D.R.I.R. para o mesmo exercício um total tributável de Cr\$193.000.000 (cento e noventa e três milhões de cruzeiros), o que resultou na cobrança da importância de Cr\$186.823.500 (cento e oitenta e seis milhões, oitocentos e vinte e três mil e quinhentos cruzeiros) de imposto e multa; -----

3) que a declaração do exercício de 1966, ano-base de 1965, apresentou uma renda bruta de Cr\$9.000.000 (nove milhões de cruzeiros), com um imposto de Cr\$17.000, sendo de notar que essa declaração encontra-se em fase de revisão preliminar." -----

João Carlos Prosser F. Cho

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA
ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA
SUBCHEFIA DE OPERAÇÕES E INFORMAÇÕES
2ª SEÇÃO

1. ASSUNTO : Agitação estudantil na GUANABARA
2. ORIGEM : SNI/ARJ
3. CLASSIF : + + +
4. DIFUSÃO : GABAER = CAT NAV = CAT TER = COMTA = ZONAS AÉREAS = DIRETO-
RIAS.
5. CLASSIF ANT: + + +
6. DIFUSÃO ANT: SG/CSN = EME = CENIMAR

INFORMAÇÃO Nº 179/EMAER
 (16 JUN 67)

Este Serviço tomou conhecimento da seguinte Informação:

1. Há um mês, começaram os estudantes universitários e secundaristas da GUANABARA a desenvolver campanha contra as autoridades governamentais como decorrência de uma futura extinção do Restaurante do Calabouço.

2. Empenharam-se na campanha, levando à cabo reuniões diárias no Restaurante, que na maior parte das vezes nada mais eram do que agitações, abordando outros assuntos e descambando quase sempre para ataques violentos e frontais ao Governo Federal.

Contaram inclusive com o apoio ostensivo de deputados estaduais que vendo possibilidades de agradarem a massa estudantil, compareceram ao Calabouço, não só emprestando sua solidariedade ao pretenso problema como também insuflando os estudantes à adotarem medidas mais violentas contra o Governo.

Entre estes deputados conta-se, JOSÉ CALAGROSSI, FABIANO VILANOVA, CIRO KURTS e ALBERTO RAJÃO.

3. Depois de algum tempo de exarcebção de ânimos e já devidamente trabalhados pelos elementos da UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES e UNIÃO METROPOLITANA DE ESTUDANTES, passaram os estudantes então a passeata do dia 24 Mai 67.

Esta passeata não logrou o êxito esperado, devido à intervenção correta e bem planejada da Polícia do Estado.

O fim da passeata foi coroado de êxito porquanto a massa estudantil, bem orientada pelos líderes de esquerda, dirigiu-se à Assembléia Legislativa, onde pôde realizar uma concentração sob a proteção de alguns dos deputados daquela Casa.

4. Após estas manifestações, autoridades federais e estaduais foram inclusive verificar "in loco" a situação do Restaurante, prometendo aos estudantes uma solução que viesse atender às necessidades da classe.

Isto, em absoluto, não vinha satisfazer às lideranças de esquerda, que vendo o problema ser sanado perderiam um excelente motivo para prosseguimento da agitação.

Continuaram, então, a insuflar os ânimos da classe, procurando levá-los a cumprir uma das diretivas atuais da UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES, a

(Continuação da INFORMAÇÃO Nº 179 /EMAER, de 16 JUN 67). - 2 -

a luta de ruas.

Conseguiram seu intento no sábado próximo passado, quando, reunindo um grupo de estudantes passaram a danificar e depredar a maquinária da SURSAN, que se encontrava nas proximidades do Calabouço.

Puderam agir livremente durante um período de quase três horas, sem que a polícia aparecesse para coibi-los.

5. A Polícia que, provavelmente ainda sob o impacto das conseqüências advindas de sua intervenção na última passeata, quando foi atacada pela totalidade da imprensa da GUANABARA e teve inclusive o seu Secretário de Segurança, chamado para depor na Assembléia Legislativa, furtou-se de intervir para não ser novamente colocada a execração pública.

6. Os líderes estudantis que vêm comparecendo às reuniões, insuflando a agitação, são: VLADIMIR PALMEIRA, DANIEL AARÃO REIS, LINCOLN ROQUE BICALHO, VALMER JACINTO SOARES.

Estão ainda envolvidos no problema, como cabeças, os membros da Frente Unida dos Estudantes do Calabouço (FUEC), que são: ELIONOR ERITO, LUIZ CARLOS GASPAS, MOACIR VIANA, NILTON DE ALMEIDA AGUIAR e DIRCEU REGIS RIBEIRO.

7. É interessante notar que a operação realizada pelos estudantes obedeceu às diretivas que têm sido baixadas pela UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES (UNE), foi realizada com rapidez, organizando-se em grupos de dez, armados de pedras e paus, havendo inclusive grupos designados para armarem barricadas com a finalidade de resistência à polícia, caso esta aparecesse.

8. Um ponto digno de nota é a cobertura dada pela imprensa. O jornal "ULTIMA HORA", provavelmente avisado com antecedência, compareceu para dar cobertura a ação dos estudantes, fazendo ampla reportagem, com isto dando publicidade a um assunto vergonhoso e incentivando a classe a novos atos de vandalismo.

CONFIDENCIAL

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
COMANDO MILITAR DE BRASÍLIA
E 11ª REGIÃO MILITAR
QUARTEL GENERAL
2ª SEC/EMR

Brasília-DF
Em 16 de junho de 1967.
P. 1.264/67

- 1. ASSUNTO: Deputado JOSÉ GLAGROSSI
- 2. ORIGEM: Informante.
- 3. CLASSIFICAÇÃO: B-2.
- 4. DIFUSÃO: D2/DF, SNI/ABSB, 6ª Z Aé, 7ª DivN e DPF/DF.
- 5. REFERÊNCIA:

INFORME Nº 189/67

O Deputado JOSÉ COLAGROSSI (M-2B), representante da GB na Capital Federal. Consta que fôra eleito com o apôio comunista. Consta que é dono de Grande CONSTRUTORA, e que tendo no Gabinete do Ministro dos Transportes um seu preposto, doravantes os contratos de construções no referido Ministério, terá preferência a Construtora COLAGROSSI.

Consta que FERNANDA COLAGROSSI, esposa do Deputado acima citado, é mulher de exuberante beleza e é usada pelo espôso para obtenção dos seus conchevos.



*17 jun 67
Excluído
Pentelto
F. M.*

CONFIDENCIAL

804

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
1 EXÉRCITO - 11.ª RM
QG - 2.ª SEÇÃO

Brasília, DF, 19 / setembro / 1967

P.2089/67

- 1 - ASSUNTO: Deputado JOSÉ COLAGROSSI
- 2 - ORIGEM: SNI/ABSE 3 - CLASSIFICAÇÃO:
- 4 - DIFUSÃO: D2/DF, 7ºDisN, 6ªZ Aé e DPF.
- 5 - DIFUSÃO ORIGEM:
- 6 - ANEXO:
- 7 - REFERENCIA: Informe nº189/67, de 16 Jun 67, da 2ªSec EMR/11

Ficuldade

INFORME N.º 319 / 67

Em complemento ao Informe da Referência, esta Seção recebeu o seguinte informe:

- O Deputado Federal JOSÉ COLAGROSSI, foi eleito com o apoio dos ex-deputados SALDANHA COELHO e SERGIO MAGALHÃES.
- É o maior acionista e Presidente da CINCO/SA, com sede na Guanabara.
- Nada foi apurado a respeito de um seu preposto no Gabinete do Ministro dos Transportes.
- Trabalham também na CINCO/SA, os ex-deputados SALDANHA COELHO e ELOY DUTRA, ambos como prêmio pelo apoio dado por ocasião de sua eleição à Dep Federal (1966).

(Handwritten mark)

+++++



.....

QUALQUER PESSOA QUE TOMAR CONHECIMENTO DÊSTE ASSUNTO FICA RESPONSÁVEL PELO SEU SIGILO.
(Art 62 - Dec nº 60.417/67-RECEB)

*11 set 67
F. Silva
Recibido
Tru*

52

Em 12 OUT 1967

MINISTÉRIO DA GUERRA
GABINETE DO MINISTRO
2.ª DIVISÃO — S S I
D 2/DF

INFORME N.º 718

1. ASSUNTO:..... Atividades de parlamentares
2. ORIGEM:..... Info nP 229/20SET67/ARME 137/7º DN
3. CLASSIFICAÇÃO:..... C-3 (na origem)
4. DIFUSÃO:..... Sec Buscas - P: F/40-E/25.a.-E/17-E/22-E/30-
N/20-N/18-NF/04-NE/03-NE/06-
E/32
5. DIFUSÃO ANTERIOR.. CENIMAR - TATOMAR - SUGAMAR - 11ª RM - D/2-DF
6ª ZAe - GM2/DF - SNI/ABSB

Esta D/2-DF recebeu o seguinte informe:

"A ala esquerdista extremada do MDB, que congrega janguistas "frentistas" e comunistas, conta com HERMANO ALVES, MARCIO MOREIRA ALVES e OSWALDO LIMA FILHO.

Os referidos parlamentares - em especial OSWALDO LIMA FILHO e MARCIO MOREIRA ALVES - promovem reuniões em suas respectivas residências, com o fim de planificar movimentos de agitação nos meios estudantis, sindicais e intelectuais; tomam parte nestas reuniões, além de parlamentares, ex-deputados cassados e líderes sindicais e estudantis. Foram citados como participantes de tais reuniões DOUTEL DE ANDRADE e sua esposa, COLAGROSSI, MÁRIO MARTINS, RENATO ARCHER, PEDRO FERNANDES e AMAURY KRUEL.

O planejamento prevê:

- a) Discursos e pronunciamentos na Câmara, Senado e Assembléia Legislativas, contra a Revolução e os Governos Federal e Estaduais que o apoiam;
- b) Campanha psicológica, através os meios de divulgação, contra o Governo, explorando pontos sensíveis e de penetração popular;
- c) Campanha pró anistia e eleições diretas em 1970; e
- d) Intensificação dos Movimentos Estudantil, Camponês e Sindical.

OSWALDO LIMA FILHO prepara uma viagem a Montevidéu, com o fim de conseguir a adesão de JANGO à "Frente Ampla" e um seu pronunciamento no qual aconselhe a seus correligionários a adesão em massa ao movimento "frentista". Tal tarefa seria facilitada por documentos de que será portador: uma carta de RENATO ARCHER e credenciais de JK e CARLOS LACERDA".

CIEX

SECRETO

N.º 226 / *Od* Em 26 / 4 / 68 Avaliação: A-1 B-2

Distribuição CIE

Índice Políticos brasileiros no Uruguai. Contatos com asilados.

1. Em 12/ABR/68 viajou de Buenos Aires para Montevideu a bordo da VARIG, o Deputado JOSE COLAGROSSI.
2. Em Montevideu o Deputado se avistou com o ex-presidente JOAO GOULART.
3. Na mesma data estiveram na capital uruguaia os Deputados PEDRO SIMON, TEREZINHA CHAISE e ALCIDES FLORES e o ex-prefeito de Porto Alegre SERENO CHAISE. Este grupo de politicos esteve em contato constante com o asilado LEONEL DE MOURA BRIZOLA, tendo tambem visitado JOAO GOULART.

[Handwritten signature]

M. Ex. G. M. - CIE
 PROTOCOLO
 N.º 3162
 Em 9 de Maio de 1968
 Providências *Ficha*
Todos
[Handwritten initials]



SECRETO

CONFIDENCIAL
GRAU DE SIGILO

Fernando Pessoa da Rocha Paranhos
CF - DIRETOR

MINISTERIO DA MARINHA

DATA 15 / 12 / 1968 Nº 0655

CENTRO DE INFORMAÇÕES DA MARINHA

~~XXXXXX~~/INFORMAÇÃO/~~XXXXXX~~

ORIGEM: CENIMAR

REFERENCIA: -----

DISSEMINAÇÃO: GMM-CEMA-CENIMAR
CSN.

AVALIAÇÃO	
CONFIANÇA	X
VERACIDADE	X

DISSEMINAÇÃO ANTERIOR: XXX

INDICE DE CLASSIFICAÇÃO
(preenchido pelo recebedor)

PARA ADIDOS - País de origem-----País/área a que se refere

RELAÇÃO DE ATIVIDADES

JOSÉ COLAGROSSI FILHO-Deputado Federal(MDB-GB)

- 1) Eleito para Câmara Estadual, com o apoio do PCB, sendo militante do mesmo. (Informação)
- 2) Participou de várias reuniões com elementos cassados e esquerdistas, visando planejar a agitação de derrubar o Governo(C-3).
- 3) Explorou ao máximo os incidentes ocorridos na GB em Maio de 1968, participando inclusive do entêrro(Informação).
- 4) Utilizou a Associação de MNs e FNs como escritório eleitoral em 1967. (Informação)
- 5) Contribuiu em 1966 com elevada quantia para o PCB(C-3).
- 6) Foi Presidente da UEE em S. P., tendo visitado países comunistas como Delegado da UNE em 1951(S/AVALIAÇÃO).
- 7) Forneceu seu avião para conduzir até MONTEVIDEO o ex Cabo ANSELMO, logo após a Revolução de 1964(Informação).
- 8) Notabilizou-se na Câmara Federal por críticas contínuas ao Governo e ao Regime(Informação).

Observação: Presidente da CINQOS/A , com sede à Rua Evaristo da Veiga 16 e General Artigas 63, fones 32-5757, 42-9709 e 47-8635.

ooo000ooo

O DESTINATÁRIO É RESPONSÁVEL PELA
MANUTENÇÃO DO SIGILO DESTA DOCUMENTO
(Art. 62 - Dec. n.º 60417/67 - Regulamento
para Salvaguarda de Fontes Sigilosas).

CONFIDENCIAL
GRAU DE SIGILO

JOSÉ COLAGROSSI FILHO



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

DEPARTAMENTO FEDERAL DE SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA FEDERAL DE SEGURANÇA
DIVISÃO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

PRONTUÁRIO Nº _____

NOME: **C O D A G R O S S I F I L H O - José**

OBS: **Deputado Federal MDB/GB**

<p>16. 06.67</p>	<p>-Residências: Brasília/DF-Hotel Nacional. Rio de Janeiro/GB-Rua General Artigas, 63, fone:47-8635, Escritório: Rua Evaristo da Veiga, 16, 17º andar, fone: 32-57-57.</p> <p>-Consta que fora eleito Deputado Federal-MDB/GB com o apoio comunista. Foi eleito com o apoio / dos ex-Deputados SALDANHA COELHO e Sérgio Magalhães. É o maior acionista e Presidente da Cinco/SA, com sede na Guanabara. Trabalham na Cinco/SA, os ex-Deputados SALDANHA COELHO e ELOY DUTRA, ambos como prêmio pelo apoio dado por ocasião de sua eleição à Deputado Federal em 1966. Consta que é dono de grande Construtora, e que tendo no Gabinete do Ministro dos Transportes um seu prposto, doravante os contratos de construções no referido Ministério, terá preferência a Construtora Colagrossi. Consta que Fernanda Colagrossi, esposa do epigrafado, é mulher de exuberante beleza e é usada pelo marginado para obtenção de seus conchavos.</p> <p>Inf.º 189/2ªSec-11ªRM/67 Ref. 017/F. 314 Inf.º 349/2ªSec-11ªRM/67 Ref. 002/F101</p>
------------------	--

IDENTIDADE		FOTO
FILIAÇÃO-PAI		
MÃE		
IDADE	ESTADO CIVIL	
PROFISSÃO <u>Engenheiro</u>	POSTO OU GRAD.	
FUNÇÃO		
NACIONALIDADE <u>Bras.</u>	NATURAL DE	
LÊ	ESCREVE	CERT. RESERVISTA
TÍTULO ELEITOR	LOCAL TRABALHO	
ESTUDANTE	ESCOLA	
NÍVEL <u>Superior</u>		
RESIDÊNCIA <u>Rua General Artigas, 63 - fone 247-8635 - GB</u>		
OUTROS DADOS <u>Deputado Federal p/MDB/GB</u>		

NOME JOSÉ COLAGROSSI FILHO

HISTÓRICO

- Através o D.O. nº 28, de 10 Fev 69, teve cassado seu mandato ele
tivo com base no Ato Institucional nº 5, de 13 Dez 68.

CIC